

06 MAR 2013

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

Assembleia aprova mudança nas regras da eleição do TJ

Euclides Lucas Garcia

¶ Por unanimidade, a Assembleia Legislativa aprovou ontem, em primeira discussão, a proposta de emenda à Constituição (PEC) do Paraná que altera a forma de eleição para o comando do Tribunal de Justiça (TJ). De acordo com o projeto da Mesa Executiva da Casa, apresentado em abril do ano passado, qualquer um dos 120 desembargadores poderá concorrer à presidência do TJ. Hoje, apenas os 25 integrantes do Órgão Especial do tribunal são potenciais candidatos.

De acordo com o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), 95 desembargadores enviaram à Mesa da Casa um documento em que manifestam apoio à PEC. “Essa emenda vem ao encontro da necessidade democrática de nossa sociedade e deve ser ampliada a todos os poderes do estado”, disse o deputado Wilson Quintero (PSB), presidente da comissão especial que analisou a matéria.

No entanto, a medida, que tenta “democratizar” a eleição no TJ, divide opiniões no mundo jurídico: O atual presidente do órgão, Clayton Camargo, em sua posse, no início do mês passado, disse ser favorável à ampliação dos potenciais candidatos ao comando do tribunal. Há quem entenda, porém, que a mudança vai estimular a disputa interna por poder e politizar a entidade.

Três quintos

Para ser aprovada, a PEC precisa ser aprovada por três quintos dos deputados: no caso, 33 dos 54 parlamentares. Ontem, 47 votaram a favor da matéria. São apenas duas votações, com o intervalo de cinco sessões entre cada uma — a segunda ocorrerá no próximo dia 19. Uma proposta de emenda constitucional, ao contrário dos projetos de lei, não exige a sanção do governador — a própria Assembleia promulga a mudança na Constituição Estadual.

Colaborou Yuri Al'Hanati.

OUTROS ESTADOS

Veja como funcionam as eleições para o comando de outros TJs do Brasil:

Santa Catarina

O TJ-SC, como no atual sistema paranaense, restringe a eleição aos 25 desembargadores do Órgão Especial (o tribunal catarinense tem 62 magistrados). E, dentro do Órgão Especial, a eleição ocorre entre os três mais antigos que se candidatarem.

Minas Gerais

A situação é similar à de Santa Catarina. Mas, em vez dos três mais antigos, a eleição é entre os cinco com mais tempo de TJ-MG que forem candidatos. O tribunal mineiro é composto por 130 desembargadores.

Pernambuco

Os mais antigos do Órgão Especial têm prioridade para se lançarem candidatos aos cargos de comando. Mas todos os 42 desembargadores votam.

São Paulo

Na prática são nove candidatos, sendo três para cada um dos cargos de comando. Um desembargador mais antigo exclui o próximo. Por exemplo: se o quinto desembargador mais antigo desejar ser o terceiro candidato a presidente, o sexto mais antigo não pode se candidatar a esse mesmo cargo, mas pode concorrer a vice-presidente ou a corregedor caso ainda haja vaga. O TJ-SP tem 360 desembargadores.

Rio de Janeiro

Os 180 desembargadores do TJ-RJ também votam para presidente, três vice-presidentes e corregedor-geral em votações escalonadas por cargos. Isso permite que o desembargador que não conseguiu se eleger presidente volte a concorrer como vice ou corregedor-geral. Os únicos que podem concorrer a esses cargos são os que compõem o Órgão Especial.

GAZETA DO POVO

» PLANOS DE SAÚDE

Consumidor tem 10 anos para pedir ressarcimento

O consumidor tem prazo de dez anos para pedir ressarcimento de cobertura negada por plano de saúde. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). No caso julgado que levou à essa decisão, informa o tribunal, o autor realizou despesas com cirurgia cardíaca para implantação de stent (tipo de mola flexível que mantém as paredes da artéria abertas, desobstruindo a passagem do sangue), porque a Golden Cross se negou a autorizar o procedimento. A empresa, na contestação, afirmou que os implantes estariam excluídos de cobertura contratual. Ainda cabe recurso.

O STJ explica que, em primeiro grau, o segurado não teve sucesso no questionamento. Decidiu, então, apelar da decisão, mas o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) manteve o entendimento de que a hipótese era regida por uma regra do Código Civil que aponta prescrição em três anos à pretensão de reparação civil. Depois desse insucesso, o segurado recorreu ao STJ. Na avaliação do relator, ministro Sidnei Beneti, a relação analisada é de natureza contratual, conforme

06 MAR 2013

sustentou a própria Golden Cross. Mas Beneti foi além e esclareceu que o motivo da ação “não decorre de contrato de seguro, mas da prestação de serviço de saúde, que deve receber tratamento próprio”.

Os ministros do STJ também afastaram a tese adotada pelo TJ-RS de que o prazo seria de três anos. “Não havendo previsão específica quanto ao prazo prescricional, incide o prazo geral de dez anos, previsto no artigo 205 do Código Civil, o qual começa a fluir a partir da data de sua vigência (11 de janeiro de 2003)”, cita o voto de Beneti. O julgamento do caso ocorreu em 19 de fevereiro.

REGULAMENTAÇÃO

ANS exigirá justificativa das operadoras

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) vai passar a exigir que operadoras de planos de saúde apresentem justificativa quando negarem autorização para beneficiários realizarem procedimentos médicos. A nova medida, que será publicada hoje no Diário Oficial da União, determina ainda que a “cobertura não poderá ser negada em casos de urgência e emergência”.

06 MAR 2013

GAZETA DO POVO

➤ DESTEMPERO

Presidente do STF chama repórter de 'palhaço' e diz para ele 'chafurdar no lixo'

Joaquim Barbosa
nem esperou
jornalista terminar
pergunta sobre
críticas de
associações de
juízes para começar
a agredi-lo
verbalmente

■ O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, perdeu ontem a compostura e chamou de "palhaço" um repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*. Também mandou o jornalista "chafurdar no lixo". O ministro do STF irritou-se ao ser abordado, na saída da sessão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Vários repórteres esperavam Barbosa ao fim da sessão para ouvi-lo sobre as críticas que recebeu de associações de juízes por ter dado entrevista a jornais estrangeiros, na semana passada, afirmando que existe uma cultura pró-impunidade no Judiciário brasileiro.

Antes que a primeira pergunta fosse feita, Barbosa atacou. O repórter apenas iniciou o questionamento:

"Presidente, como o senhor está vendo...". Barbosa o interrompeu e não deixou que terminasse a pergunta: "Não estou vendo nada". O repórter tentou fazer nova pergunta, mas novamente foi impedido. "Me deixa em paz, rapaz. Vá chafurdar no lixo como você faz sempre", prosseguiu o presidente do STF.

O jornalista tentou questionar a razão do comportamento do ministro. "Que é isso ministro, o que houve?". Ainda exaltado, Joaquim Barbosa prosseguiu. "Estou pedindo: me deixe em paz. Já disse várias vezes ao senhor." O repórter disse que apenas queria fazer uma pergunta, o que é parte de seu trabalho. No mesmo tom, Barbosa afirmou que não responderia às perguntas. "Eu não tenho nada a lhe dizer, não quero nem saber do que o senhor está tratando", afirmou.

O assessor de imprensa do ministro tentou tirá-lo do lugar, pedindo para que Barbosa seguisse em frente. E quando estava à porta do elevador, na frente dos jornalistas, o presidente do STF chamou o repórter de "palhaço".

Repúdio

O Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal divulgou nota de repúdio ao comportamento de Joaquim Barbosa. "É dever dos jornalistas buscar as notícias e questionar as autoridades sobre os mais variados assuntos. Integra a rotina da ocupação de cargos de destaque o entendimento sobre a relevância do serviço prestado pelos jornalistas, mesmo que em determinadas situações isso signifique solicitar reparações ou realizar questionamentos", disse a diretoria do sindicato, em nota.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

06 MAR 2013

ARREPENDIMENTO

Em nota, Joaquim Barbosa pede desculpas a jornalistas

Após o incidente com o repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, divulgou nota para pedir desculpas aos jornalistas. O ministro disse que estava tomado pelo cansaço e por fortes dores no corpo quando foi interpelado pelo repórter – Barbosa sofre de problemas de coluna.

"Trata-se de episódio isolado que não condiz com o histórico de relacionamento do ministro com a imprensa", afirma a nota divulgada pela assessoria de imprensa do STF. No texto, Barbosa diz reafirmar sua crença no papel da imprensa em uma democracia. "Seu apego à liberdade de opinião está expresso em seu permanente diálogo com profissionais dos mais diversos veículos." O ministro cita como exemplo encontro que fará na próxima quinta-feira com o coordenador da ONG Comitê para Proteção de Jornalistas, Carlos Lauria.

NOTA POLÍTICA

Honraria

A Assembleia Legislativa aprovou ontem, em primeira discussão, a concessão do título de Cidadão Honorário do Paraná ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. Segundo o autor da proposta, Valdir Rossoni (PSDB), a medida é um reconhecimento ao trabalho do ministro, que tem "dignificado a Justiça brasileira". Curiosamente, a homenagem foi aprovada no mesmo dia em que Barbosa se envolveu em uma polêmica com um jornalista.

06 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Polícia indicia mais uma médica por mortes na UTI

Inquérito entregue ao MP concluiu que houve formação de quadrilha. Seis pessoas respondem por homicídio qualificado

Rosana Félix

O inquérito da Polícia Civil sobre as mortes ocorridas na UTI do Hospital Evangélico entre 2011 e 2012 concluiu que houve formação de quadrilha e homicídio qualificado, crimes que teriam sido cometidos por seis pessoas — além das cinco que ainda estão presas, outra médica foi indiciada.

De acordo com o delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Michelotto, há provas contundentes que incriminam o grupo. O documento entregue ao Ministério Público Estadual (MP) — que terá prazo até segunda-feira para decidir se encaminha a denúncia à Justiça — tem cerca de 7 mil páginas.

A médica Krissia Wallbach, que estava de férias no exterior, foi a sexta acusada incluída entre os indiciados. Ela teria aparecido nos áudios gravados durante as investigações. A médica foi convocada a depor e compareceu na segunda-feira ao Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde

(Nucrisa). Mas, segundo o advogado dela, Jorge Timi, ela ainda não prestou nenhuma informação à polícia. “Ela se reservou ao direito de aguardar a liberação do inquérito para receber cópia das gravações e poder comentar o assunto”, declarou. Segundo Timi, qualquer médico que trabalhou na UTI durante a investigação, que teve início há um ano, pode ter sido citado nas gravações.

O advogado disse ainda que Krissia não trabalhava no Evangélico quando ocorreram as mortes. “Ela trabalhou no Hospital Evangélico entre abril de 2012 e janeiro de 2013.” Inicialmente, seis casos que estavam sendo analisados eram anteriores a março de 2012. Entretanto, há informações de que o inquérito entregue pela Polícia Civil ao MP elencou mais de duas dezenas de óbitos suspeitos.

Segundo a polícia, não foi solicitada a prisão de Krissia porque o inquérito estava sendo concluído, e por isso não havia risco de a médica atrapalhar as investigações. Além de Krissia, foram indiciados a médica Virgínia Helena Soares de Souza — que comandava a UTI —, Maria Israela Cortez Boccato, Edison Anselmo da Silva Junior e Anderson de Freitas, além da enfermeira Lais da Rosa Groff.

“Realmente existia uma quadrilha no Hospital Evangélico que vitimava as pessoas que lá estavam internadas”, afirmou o delegado em um evento de entrega de viaturas policiais. Nem a Polícia Civil e nem o MP comentaram outros detalhes do caso. Michelotto disse que o sigilo é importante porque há provas que poderiam causar “uma revolta muito grande” na população.

CONTINUA

06 MAR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ATENDIMENTO

Com falta de médicos, Hospital Evangélico reduziu cirurgias

O Hospital Evangélico deixou de realizar cerca de 200 cirurgias eletivas (não emergenciais) nas últimas duas semanas. Das cinco pessoas detidas pela Polícia Civil por suspeita de envolvimento em mortes ocorridas na UTI, três eram médicos anestesistas, que desfalcaram a equipe. "Os anestesistas têm uma norma padrão. Com o desfal-

que de três anestesistas, houve dificuldades na manutenção da normalidade do serviço, ocasionando uma suspensão temporária de parte das cirurgias eletivas, que deverão ser remar cadas sem prejuízo aos pacientes", informou a instituição, em nota.

A UTI geral do Evangélico, que esteve fechada nos últimos dias, deve reabrir na próxima sexta-feira, com nova equipe e procedimentos revistos por uma equipe da Secretaria Municipal de Saúde.

CONFIANÇA

O governador do Paraná, Beto Richa, afirmou ontem que a polícia age com independência e conduz a investigação de forma estritamente técnica. "A investigação ocorre até certo momento com sigilo, algumas coisas foram abertas à sociedade, mas é importante ressaltar que o Judiciário está a par de tudo. O Ministério Público tem acompanhando tudo o que tem acontecido no Hospital Evangélico, o que nos dá a tranquilidade de que a justiça será feita", disse. "Confio no trabalho da polícia", completou.

BESSA

Terapia solidária

Pessoas que tiveram familiares mortos na UTI do Hospital Evangélico estão se oferecendo para testemunhar a favor da médica Virgínia Soares de Souza, presa sob acusação de apressar a morte de pacientes atendidos pelo SUS. Um dos casos que chegaram ao conhecimento da coluna é o de um homem que perdeu um filho e mesmo assim procurou as autoridades para isentar a médica de culpa.

■ ■ ■

Ou seja, pelo visto Dra. Virgínia também conta com solidariedade fora da classe médica.

06 MAR 2013

GAZETA DO POVO

» JULGAMENTO

Bruno deve reconhecer que Eliza está morta

! No depoimento marcado para hoje, o goleiro Bruno Fernandes deve admitir, pela primeira vez em público, que sua ex-amante Eliza Samudio está morta. Mas, conforme apurou a reportagem, ele irá negar qualquer envolvimento no crime. A estratégia seria atribuir o sequestro e o assassinato ao ex-braço direito, Luiz Henrique Ferreira Romão, o Macarrão.

Até às 20 horas de ontem, a outra ré que está sendo julgada — a ex-mulher de Bruno, Dayanne Rodrigues do Carmo — ainda prestava depoimento no Fórum de Contagem (MG). Ela negou todas as acusações de envolvimento no crime, mas admitiu ter visto todos os acusados no sítio do ex-ataleta do Flamengo na época dos fatos. Segundo ela, na noite do desaparecimento, Bruno só pediu a ela para “cuidar da criança”. Segundo a ré, Macarrão disse a Bruno que Eliza havia deixado o bebê.

Bruno é acusado de ser o mandante do sequestro, cárcere privado e assassinato de Eliza, enquanto Dayanne é processada pelo sequestro e cárcere privado do bebê. Desde o início do julgamento, na segunda-feira, circulam rumores no Fórum Doutor Pedro Aleixo de que o goleiro poderá confessar a participação no crime.

Em novembro, Macarrão foi condenado a 15 anos de prisão (12 em regime fechado), depois de assumir que participou da morte de Eliza, mas alegou que o goleiro foi o mandante do crime.

AMEAÇA

Dayanne Souza, ex-mulher de Bruno Fernandes, afirmou em depoimento na noite de ontem que o ex-jogador disse estar sendo ameaçado de morte por um amigo de Eliza Samudio, sua ex-amante, antes da jovem desaparecer. Segundo Dayanne, Bruno chorava no momento em que falou sobre as supostas ameaças e pediu que ela fosse embora do sítio do jogador por questão de segurança.

06 MAR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Tribunais comunicam criação de núcleos para acompanhar recursos repetitivos

Do total de 37 tribunais entre Superiores, de Justiça e Tribunais Regionais Federais, onze comunicaram ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a criação dos Núcleos de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (Nurer). Instituídos pela Resolução CNJ n. 160, os Núcleos terão por objetivo monitorar e gerenciar processos submetidos à repercussão geral ou ao recurso repetitivo.

Os dois institutos foram criados pela Emenda Constitucional n. 45 (Reforma do Judiciário), como forma de impedir o número excessivo de recursos e demandas perante o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ). O instituto da repercussão geral permite ao STF selecionar os Recursos Extraordinários que serão analisados de acordo com critérios de relevância jurídica, política, social ou econômica. Uma vez constatada a existência de repercussão geral, o STF analisa o mérito da questão e a decisão é aplicada posteriormente pelas instâncias inferiores, em casos idênticos. Já os recursos repetitivos são aqueles em que várias pessoas vão a juízo com a mesma pretensão. Nesse caso, é selecionado um recurso representativo da controvérsia, que é julgado e serve de orientação aos tribunais em relação a recursos idênticos.

De acordo com a Resolução CNJ n. 160, tribunais superiores, tribunais regionais federais e tribunais de Justiça dos estados e do Distrito Federal tiveram prazo até o dia sete para organizar os Núcleos no âmbito de sua estrutura administrativa. Os tribunais que cumpriram o prazo previsto na resolução são os seguintes: STJ, Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP), Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES), Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJMT), Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) e Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE/RO).

A intenção é fazer que os núcleos contribuam para a melhoria da gestão dos tribunais, monitorando os recursos dirigidos ao STF ou ao STJ e identificando controvérsias que possam vir a ser julgadas como repercussão geral ou recurso repetitivo. O Núcleo também terá a função de auxiliar os órgãos competentes na seleção do recurso que será julgado como

representativo da controvérsia. Além disso, os Núcleos deverão manter e disponibilizar dados atualizados sobre os recursos sobrestados à espera da decisão do STF ou do STJ, identificando o acervo a partir do tema e do recurso conforme a classificação realizada pelas duas Cortes.

A Resolução n. 160 estabelece também que os Núcleos deverão elaborar trimestralmente relatório quantitativo dos recursos sobrestados no tribunal, bem como daqueles sobrestados nas Turmas e Colégios Recursais e nos Juízos de Execução Fiscal. A partir desses relatórios, o CNJ criará um banco de dados com informações referentes aos processos submetidos a essas técnicas de julgamento. As informações reunidas serão divulgadas anualmente pelo CNJ, por meio de um relatório.

06 MAR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTRA O STJ

TRF-4 fixa teto salarial para conceder Justiça gratuita

Para ter a concessão, o beneficiário não pode receber rendimentos superiores a 10 salários-mínimos por mês

O benefício da assistência judiciária gratuita só será concedido se a parte firmar a declaração de hipossuficiência. Foi o que decidiu, no dia 22 de fevereiro, a desembargadora Maria Lúcia Luz Leiria, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao manter entendimento da Vara Federal de Ponta Grossá (PR), que negou o benefício.

No despacho assinado no mês passado, a juíza federal Tatiana de Oliveira Lavigne observou que a justificativa para a concessão da assistência estava padronizada, já que havia outros processos da mesma matéria e do mesmo advogado na vara e não foi comprovada a real necessidade da parte.

No Agravo de Instrumento interposto no TRF-4 contra o entendimento da juíza, a parte alegou que os requerentes do benefício não precisam ser miseráveis para ter esse direito. Basta comprovar a insuficiência de recursos para custear o processo, como decorre da letra expressa do parágrafo 1º, do artigo 4º, da Lei 1.060/1950.

Na visão da relatora do Agravo, embora a matéria esteja pacificada no Superior Tribunal de Justiça, em Agravo julgado em 2006 pelo ministro Aldir Passarinho Júnior, a 2ª Seção do TRF-4 vem consolidando entendimento o diverso. A Seção engloba a 3ª e a 4ª Turmas da corte.

Maria Lúcia citou a decisão proferida pelo desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, seu colega na 3ª Turma, publicada em 2009, no sentido de fixar patamar objetivo para a concessão do benefício da gratuidade

“Na espécie, as fichas financeiras constantes dos autos originários demonstram que o agravante recebe renda superior a dez salários, de forma que não se justifica a concessão do benefício pretendido”, concluiu a desembargadora-relatora.

06 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

'Há dificuldade para punir quem tem poder'

Declaração de conselheiro do CNJ foi feita durante discussão sobre aposentadoria compulsória a juiz do Maranhão

Brasília - Em meio a uma discussão sobre a aposentadoria de um magistrado por envolvimento político, o conselheiro Jefferson Kravchychyn afirmou ontem que o plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem dificuldade para punir "quem tem alto poder". O CNJ confirmou ontem a aposentadoria compulsória do juiz Luis Jorge Silva Moreno determinada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

O juiz era acusado de participar de atividades políticas na cidade de Zé Doca, no Maranhão. Moreno seria ligado a adversários políticos da família do senador José Sarney (PMDB-AP).

Na discussão do caso, Kravchychyn divergiu do voto do relator, Bruno Dantas. Ele, indiretamente, questionou a decisão do plenário do CNJ de 2011 que arquivou pedido de abertura de processo administrativo para apurar a atuação do desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Luiz Zveiter por abuso de poder político.

Para Kravchychyn, o conselho estava adotando pesos diferentes para situações semelhantes. Ele argumentou que no caso do Maranhão não havia provas

claras sobre o envolvimento com o chamado ativismo político, enquanto no Rio as provas eram evidentes.

A Constituição proíbe aos magistrados participação em atividades partidárias.

"Há que se comparar as pessoas reiteradamente. Quem tem poder alto tem dificuldade de ser punido nesse plenário", afirmou Kravchychyn, ao votar contra a aposentadoria do juiz do Maranhão.

No caso de Zveiter, o conselheiro havia votado pela abertura de investigação.

A opinião de Kravchychyn, indicado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foi questionada por Jorge Hélio. "Esse conselho tomou essa decisão (em relação ao Zveiter), mas estamos aqui para defender a Constituição", disse. O conselheiro completou: "Ninguém quer anjos habitando no Judiciário, a coisa não resvala para o moralismo, mas para moralidade, mas se a Constituição prevê (para o juiz) mais uma atividade, que é o magistério, quem não está feliz, largue a toga".

Luiz Zveiter era acusado de ter feito propaganda irregular a favor de seu irmão, Sérgio Zveiter, eleito deputado federal em 2010. Então presidente do Tribunal de Justiça do Rio, Luiz Zveiter gravou vídeo com depoimento sobre Sérgio.

A maioria dos conselheiros entendeu que foi um ato isolado e que a punição, que previa até aposentadoria compulsória, seria excessiva.

06 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Joaquim Barbosa diz para repórter 'chafurdar no lixo'

Brasília - O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, chamou de "palhaço" e mandou "chafurdar no lixo" o repórter do jornal O Estado de S. Paulo. O ministro irritou-se ao ser abordado ontem, na saída da sessão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os jornalistas esperavam ao final da sessão para ouvir sobre as críticas que recebeu das associações de classe da magistratura em nota divulgada no final de semana. Antes que a primeira pergunta fosse feita, Barbosa atacou.

O repórter apenas iniciou a pergunta: "Presidente, como o senhor está vendo...". Barbosa o interrompeu e não deixou que terminasse a pergunta: "Não estou vendo nada". O repórter tentou fazer nova pergunta, mas novamente foi impedido. "Me deixa em paz, rapaz. Vá chafurdar no lixo como você faz sempre".

O jornalista tentou questionar a razão do comportamento do ministro: "Que é isso ministro, o que houve?". Ainda exaltado, Joaquim Barbosa prosseguiu. "Estou pedindo, me deixe em paz. Já disse várias vezes ao senhor", disse. O repórter disse que apenas lhe fazia uma pergunta, o que é parte de seu trabalho. No mesmo tom, Barbosa afirmou que não responderia as perguntas. "Eu não tenho nada a lhe dizer, não quero nem saber do que o senhor está tratando", afirmou.

O assessor de imprensa do ministro tentou tirá-lo do lugar, pedindo para que o ministro seguisse em frente. E quando estava à porta do elevador, na frente dos jornalistas, chamou o repórter de "palhaço".

O STF emitiu depois uma nota oficial na qual pede desculpas, em nome do presidente do STF, Joaquim Barbosa, aos profissionais de imprensa pelo episódio ocorrido ontem. A nota diz ainda que "após uma longa sessão do Conselho Nacional de Justiça, o presidente, tomado pelo cansaço e por fortes dores, respondeu de forma ríspida à abordagem feita por um repórter. Trata-se de episódio isolado que não condiz com o histórico de relacionamento do ministro com a imprensa".

Segundo a nota, o ministro reafirmou também "sua crença no importante papel desempenhado pela imprensa em uma democracia". "Seu apego à liberdade de opinião está expresso em seu permanente diálogo com profissionais dos mais diversos veículos."



Nota oficial distribuída pelo STF justificou que Joaquim Barbosa estava cansado e com dores quando abordado pela imprensa

06 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Eleição no TJ

Passou em primeira votação a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que amplia o colégio de elegíveis à cúpula do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, hoje restrito ao Órgão Especial, com 25 membros. Pela proposição votada ontem na Assembleia Legislativa (AL) todos os 120 desembargadores passam a estar aptos ao pleito. A proposta volta ao debate na AL dia 19 de março, daqui a cinco sessões plenárias.

Único do Brasil

Antes de por em votação a emenda que altera a eleição no TJ, o deputado estadual Valdir Rossoni (PSDB), presidente da AL, lembrou que "o nosso Estado é o único do Brasil que ainda tem essa restrição aos desembargadores, estamos suprimindo a restrição". Ele adiantou que recebeu correspondência de 95 magistrados apoiando a iniciativa.

06 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Polícia investiga mais 21 mortes em UTI

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - Além dos seis prontuários de pacientes que constam no inquérito policial encaminhado na segunda-feira pelo Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa) ao Ministério Público do Paraná (MPPR), o delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinícius Michelotto, confirmou ontem que outros 21 casos de suposta antecipação de morte na UTI Geral do Hospital Evangélico, em Curitiba, estão sob investigação.

"É bom frisar que existem mais 21 casos que estão sendo investigados e existem mais de mil prontuários sendo analisados por comissões de médicos formadas judicialmente. Se for detectada alguma divergência ou inverdade nestes prontuários, outros procedimentos poderão ser instaurados. É importante dizer que foi fechada a primeira fase da denúncia. Agora estes fatos novos estão sendo trabalhos pela polícia, para posteriormente serem alvo de novos inquéritos policiais", detalhou o delegado na tarde de ontem, durante a entrega de novas viaturas para a Polícia Militar, no Palácio Iguazu, em Curitiba.

Michelotto também afirmou que mais uma médica foi indiciada ontem. Kríssia Kamile Singer Wallback estava de férias nos Estados Unidos e trabalhou com a médica Virgínia Helena de Souza Soares. Conforme ele, a médica se apresentou no Nucrisa

sa e está colaborando com as investigações.

As duas e mais quatro pessoas (três médicos e uma enfermeira) foram indiciadas por homicídio qualificado (utilizando recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima) e formação de quadrilha, pelas mortes de seis pacientes. "As investigações continuarão, existe um caminho grande a ser prosseguido e outras pessoas poderão ser indiciadas. O procedimento encerrado agora se trata destas seis mortes", disse Michelotto.

O advogado de Kríssia, Jorge Rufino Ribas Timi, informou que ainda não tem conhecimento do indiciamento de sua cliente, e que assim que tiver acesso ao inquérito policial a médica deve prestar depoimento no Nucrisa. "Oficialmente não fomos notificados sobre o indiciamento. Minha paciente trabalhou como médica plantonista no Evangélico entre abril de 2012 e janeiro de 2013", ressaltou.

O delegado-geral informou que todos os detalhes do caso serão divulgados numa coletiva de imprensa na próxima segunda-feira, quando o MPPR também deve se pronunciar. Ele ainda destacou que "é preciso que todos entendam que a Polícia Civil e o Ministério Público não estão contra a classe médica e dos enfermeiros". "Era um grupo que atuava dentro do hospital e temos provas contundentes dos casos. São depoimentos, degravações, análise de prontuários e confissões de funcionários que trabalharam na UTI Geral", alegou.

MAZZA

Aqueceu

Ganha fôlego o caso da UTI do Evangélico de Curitiba. O depoimento de uma médica, e que estava nos Esteites, é que deu início às investigações hoje com um ano de andamento: cinco médicos indiciados e uma enfermeira. A primeira parte do processo se refere a seis mortes e outras 21 estão relacionadas. Dia 21 o Ministério Público decide o que fazer com as provas coletadas.

06 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

'Escrivão' é suspeito de desviar fianças

Caso aconteceu em Jaguapitã; zelador contratado por terceirizada que se passava por subdelegado também teria torturado um garoto de 11 anos

Jaguapitã – A história de abandono das delegacias de polícia dos pequenos municípios paranaenses teve um novo e emblemático capítulo no último fim de semana no Norte do Estado. Um escrivão ad hoc (não efetivo) de Jaguapitã é suspeito de desvio do dinheiro arrecadado com fianças, de torturar uma criança durante uma ação policial, de subtrair documentos da delegacia e de extorquir suspeitos.

Fábio Rafael Gonçalves de Souza, de 29 anos, está detido em uma cela especial da delegacia de Primeiro de Maio. Ele cumpre mandado de prisão preventiva por supostas práticas que caracterizariam abuso de poder, além de ser acusado de montar um esquema de corrupção no período de dois anos em que a unidade não contava com um delegado titular.

De acordo com o promotor Erinton Dalmaso e com o atual delegado Maurício de Oliveira Camargo, o patrimônio do suspeito não é condizente com seu salário, de cerca de R\$ 800. Os indícios, garantem as autoridades, apontam que suspeitos de crimes eram extorquidos por Souza, que há oito anos trabalha na delegacia.

Na casa dele, foram encontrados laudos e outros documentos que seriam peças-chave no indiciamento de suspeitos. Camargo acredita que os suspeitos pagavam propina para que os inquéritos não fossem instaurados.

No carro usado pelo "escrivão" - na verdade, ele seria funcionário de uma empresa terceirizada de limpeza - havia documentação de um processo por embriaguez e a informação de que o valor referente à fiança teria sido entregue pelo suspeito a Souza. "Temos elementos para dizer que em pelo menos oito casos as fianças foram arbitradas, mas não foram depositadas na conta bancária da Justiça", afirmou o promotor.

O caso veio à tona depois que suspeitas sobre a conduta de Souza foram informadas pelo Ministério Público ao novo delegado da cidade, Maurício de Oliveira Camargo. Ao assumir o cargo em janeiro, ele decidiu conceder férias ao funcionário e investigá-lo. "Havia uma sensação de que as nossas suspeitas tinham fundamento até pelo número de inquéritos instaurados no ano passado, que foi de apenas 90. Em um mês e meio de trabalho, já instauramos 68", comparou.

As investigações devem prosseguir com a análise de farta documentação apreendida na casa de Souza, onde havia processos e laudos que deveriam estar na delegacia ou na Justiça. Também foram encontradas três armas de fogo, 122 munições. Uma grande quantidade de material de limpeza supostamente desviado da delegacia também foi apreendida.

O caso será encaminhado à Corregedoria da Polícia Civil. O comandante da Divisão Policial do Interior, Julio Reis, afirmou que a nomeação de Camargo em janeiro foi uma decisão de combate aos abusos cometidos na unidade.

O advogado do suspeito, Breno Henrique Teobaldo Arali, disse que ele começou a trabalhar na delegacia como estagiário de Direito e que, em seguida, foi contratado pela empresa terceirizada de faxina. Ele disse que seu cliente nunca quis ser o "dono da delegacia" e que ele cumpria as ordens dos respectivos delegados. "Vou pedir o habeas corpus dele. Não há motivo para uma prisão preventiva", afirmou.

06 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

TJ do Pará é cobrado sobre parentes de magistrados

Conselho de Justiça pediu esclarecimentos

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) pediu esclarecimentos ao Tribunal de Justiça do Pará sobre o fato de desembargadores que têm parentes em cargos de confiança no governo estadual continuarem julgando ações que envolvem o Estado do Pará.

O conselho já havia recomendado que eles deixassem de julgar processos em que o Estado é parte. No ofício, o CNJ pede que o TJ responda “quais as providências que efetivamente estão sendo tomadas” sobre o assunto.

O pedido de esclarecimentos ocorreu depois que a **Folha** mostrou, na segunda-feira, que ao menos cinco desembargadores têm parentes na “assessoria especial” do governo. Mesmo com recomendação feita pelo CNJ em fevereiro de 2012, os desembargadores com parentes no governo do Pará afirmam não haver problema em julgar ações envolvendo o Estado.

MARANHÃO

Em uma discussão sobre a aposentadoria de um magistrado por envolvimento político, o conselheiro Jefferson Kravchychyn afirmou que o CNJ tem dificuldade para punir “quem tem alto poder”.

O CNJ confirmou ontem a aposentadoria compulsória do juiz Luis Jorge Silva Moreno determinada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. Ele era acusado de participar de atividades políticas na cidade de Zé Doca (MA) e seria ligado a adversários do senador José Sarney (PMDB-AP).

Na discussão, Kravchychyn divergiu do voto do relator, Bruno Dantas. Ele questionou a decisão do CNJ de 2011 que arquivou pedido de processo para apurar a atuação do desembargador Luiz Zveiter, do Rio. O presidente do CNJ, Joaquim Barbosa, evitou polemizar sobre os dois casos.

06 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Ministro recebe alta hospitalar em SP e volta para Brasília

DE SÃO PAULO - O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, Gilson Dipp, 68, recebeu alta no sábado após mais de seis meses de internação. Dipp estava internado no Albert Einstein em São Paulo, onde se recuperava de uma cirurgia abdominal. O ministro já está em Brasília e vai reassumir o cargo de vice-presidente do STJ.

Dipp foi internado no dia 18 de setembro no Hospital das Forças Armadas em Brasília para tratar de uma crise de asma. A doença evoluiu para uma pneumonia e provocou sua transferência para São Paulo em 25 de setembro.

O ministro sofreu uma cirurgia no abdômen e ficou em recuperação na Unidade de Terapia Intensiva do Albert Einstein até 12 de outubro.

Dipp é ministro do STJ desde 1998, por indicação de Fernando Henrique Cardoso. Em 2008 ele se tornou corregedor nacional de Justiça. Foi sucedido pela ministra Eliana Calmon.

06 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

'Vá chafurdar no lixo', diz presidente do STF a repórter

Joaquim Barbosa chama jornalista de 'palhaço' após sair de reunião

'Vá chafurdar no lixo', diz presidente do STF a repórter

Presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa disse a um repórter ir "chafurdar no lixo" e o chamou de "palhaço".

O episódio ocorreu após uma reunião do Conselho Nacional de Justiça, também presidido por Barbosa.

Mais tarde, divulgou pedido de desculpa. Ele se disse cansado e com fortes dores, no que classificou como "episódio isolado".

Mais tarde, ministro divulgou nota com pedido de desculpas, alegou cansaço e disse que episódio foi isolado

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, chamou ontem de "palhaço" um repórter do jornal "O Estado de S. Paulo" e recomendou que ele fosse "chafurdar no lixo".

A fala ocorreu na saída da reunião do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que também é presidido por Barbosa. Mais tarde, ele divulgou nota com pedido de desculpas.

O presidente do STF era aguardado por jornalistas ao sair da reunião do CNJ. Na primeira abordagem, ele interrompeu a pergunta iniciada pelo repórter Felipe Recondo e o destratou aos gritos.

O jornalista perguntou: "Presidente, como o senhor está vendo...". Joaquim Barbosa não o deixou concluir e respondeu: "Não estou vendo nada. Me deixa em paz, rapaz. Vá chafurdar no lixo, como você faz sempre".

O repórter, então, questionou: "Que é isso ministro, o que houve?" Barbosa respondeu: "Estou pedindo, me deixe em paz. Já disse várias vezes ao senhor". Recondo rebateu: "Tenho que fazer pergunta, que é o meu trabalho".

Ainda mais irritado, Barbosa disse que não tinha nada a declarar. "Eu não tenho nada a lhe dizer, não quero nem saber do que o senhor está tratando", afirmou.

Afastado por assessores, o presidente do STF ainda chamou o repórter de "palhaço" ao entrar em um elevador.

Os jornalistas esperavam Barbosa para repercutir uma nota divulgada pelas três maiores entidades de juízes do país (AMB, Ajufe e Anamatra) no final de semana.

As entidades criticaram Barbosa por ele ter dito que a magistratura tem mentalidade pró-impunidade. Afirmaram que ele vive situação de "isolacionismo" e "parte do pressuposto de ser o único detentor da verdade".

Em novembro passado, Barbosa já havia criticado um repórter negro como ele que, para o presidente do STF, teria replicado estereótipos racistas ao perguntar se ele estava sereno no novo cargo.

DESCULPA

Barbosa divulgou à tarde uma nota para pedir desculpas. Disse que estava tomado pelo cansaço e por fortes dores ao responder o jornalista.

"Trata-se de episódio isolado que não condiz com o histórico de relacionamento do ministro com a imprensa", diz a nota divulgada pela assessoria de imprensa do STF.

Barbosa informou ainda reafirmar sua crença no papel da imprensa. "Seu apego à liberdade de opinião está expresso em seu permanente diálogo com profissionais dos mais diversos veículos."

O ministro citou como exemplo um encontro que fará com o coordenador da ONG Comitê para Proteção de Jornalistas, Carlos Lauria.

06 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

“ troteio ”

Equilíbrio e serenidade são pressupostos do exercício da magistratura, sobretudo para o presidente do Supremo Tribunal Federal.

DE NINO TOLDO, presidente da Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil), sobre críticas de Joaquim Barbosa aos magistrados e o ataque a um jornalista.

PAINEL

Onde dói 1 Apontada como justificativa por Joaquim Barbosa, a crônica dor nas costas do presidente do STF não é o motivo do destempero verbal com que ele se dirigiu a um jornalista ontem.

Onde dói 2 A irritação do ministro se deve a levantamentos em curso por parte da imprensa sobre gastos com reformas nos gabinetes e apartamentos dos ministros, além de viagens. Os dados referentes ao presidente da corte teriam chamado a atenção.

06 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Polícia indicia mais uma médica sob suspeita de mortes em UTI

Já são 5 médicos e uma enfermeira apontados
como responsáveis por homicídios no Paraná

**Defesa nega as
acusações e diz que
elas são fruto de um
entendimento errôneo
de termos médicos**

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Mais uma médica foi apontada pela Polícia Civil do Paraná como suspeita de ter provocado a morte de pacientes na UTI geral do Hospital Universitário Evangélico.

No total, são seis (cinco médicos e uma enfermeira) os indiciados no relatório final do inquérito, concluído anteontem. Todos responderão pelos supostos crimes de homicídio qualificado e formação de quadrilha, conforme o diretor-geral da Polícia Civil, Marcus Michelotto.

A defesa nega as acusações e diz que elas são fruto de um entendimento errôneo de termos médicos.

Cinco pessoas já estão presas, em caráter preventivo ou temporário —entre eles a chefe da UTI, Virginia Helena Soares de Souza. A outra médica indiciada é Krissia Wallbach, 25, que foi residente em clínica geral no hospital e trabalhou na UTI como plantonista até janeiro deste ano.

“Ela se apresentou [na segunda-feira], colaborou com a polícia e responde em liberdade”, disse o diretor-geral.

O advogado de Wallbach, Jorge Timi, afirmou ontem que não iria comentar as suspeitas contra sua cliente porque não havia recebido oficialmente a informação de que ela foi indiciada.

O inquérito concluído anteontem se baseia em seis mortes. Outros 21 casos “com detecção de erros” nos prontuários estão sendo investigados, segundo Michelotto, e mais de mil prontuários de pacientes mortos na UTI também estão sob análise.

“As investigações continuam, e outras pessoas são passíveis de serem indiciadas posteriormente”, disse.

PROVAS

A polícia não diz qual a suposta motivação dos suspeitos nem detalha as provas. O delegado disse que há confissões e prontuários que apontariam erros na condução do tratamento de pacientes.

Michelotto também comentou o erro na transcrição de um áudio usado para embasar o pedido de prisão da chefe da UTI, que trocou a palavra “raciocinar”, dita pela médica, por “assassinar”.

“Não é por uma palavra que é dada uma medida cautelar. Existem milhares de provas dentro dos autos”, afirmou. “Obviamente que houve uma exploração disso [do erro], mas isso não tira o valor do conjunto probatório que a Polícia Civil e o Ministério Público carregaram durante toda a investigação.”

O Ministério Público tem até segunda para oferecer ou não denúncia contra os indiciados.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Testemunho pode comprovar crime, dizem advogados

Depoimentos de testemunhas podem ser suficientes para fundamentar a acusação sobre os supostos crimes, dizem especialistas. A análise de prontuários de pacientes também pode ser peça-chave.

A polícia não dá detalhes do que usou como base no inquérito. A defesa dos presos afirma que, sem prova material, não é possível confirmar que houve crime. Criminalistas, porém, dizem que não existem provas melhores ou piores.

“Todas são consideradas no seu conjunto, e cabe ao juiz valorar mais essa ou mais aquela, de acordo com suas convicções”, afirma o advogado César Peres.

“A prova testemunhal tem falhas, porém ainda é o olho e o ouvido do juiz”, diz o advogado Romualdo Sanches Calvo Filho.

A materialidade dos crimes ainda poderia ser comprovada com a análise dos prontuários.

Segundo Nelson Massini, professor de medicina legal da Uerj, mudanças injustificadas e inesperadas no estado de saúde de um paciente são raras.

De acordo com o médico, a morte por supressão de oxigênio (provocada pelo desligamento do respirador, por exemplo) não deixa provas materiais, já que todo organismo que morre apresenta excesso de gás carbônico.

Já o uso de substâncias em excesso ou de medicamentos que não faziam parte do tratamento do paciente podem deixar vestígios.

(EHC E CAROLINA DE ANDRADE)

06 MAR 2013

HOSPITAL EM CURITIBA

Polícia conclui inquérito e indícia seis pessoas

sob suspeita de homicídio em UTI

INDICIADOS

- > Virgínia Helena Soares de Souza - chefe da UTI geral
- > Anderson de Freitas - anestesista
- > Edison Anselmo da Silva Junior - anestesista
- > Maria Israela Cortez Boccato - anestesista
- > Lais da Rosa Groff - enfermeira
- > Krissia Wallbach - ex-residente e plantonista

CRONOLOGIA

19.fev

Virgínia Helena Soares de Souza, chefe da UTI do Hospital Evangélico de Curitiba, é presa sob suspeita de provocar a morte de pacientes

21.fev

Bilhete divulgado pelo “Jornal Nacional” mostra suposto pedido de uma paciente para que fosse retirada do hospital

23.fev

Outros três médicos são presos. Os detidos são Maria Israela Boccato, Edison Anselmo da Silva Junior e Anderson de Freitas

25.fev

A enfermeira Lais da Rosa Groff se apresenta à polícia, elevando para cinco o número de presos no caso

28.fev

Polícia admite erro em transcrição de conversa obtida por escuta telefônica. No documento inicial, a palavra “raciocinar”, dita por Virgínia, foi substituída por “assassinar”

4.mar

Polícia conclui inquérito e indícia seis pessoas sob suspeita de homicídio qualificado e formação de quadrilha

FOLHA DE S. PAULO

Em sentença, juiz defende direito de lagartixa zanzar por parede

JEFERSON BERTOLINI
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM FLORIANÓPOLIS

As lagartixas, ao menos as catarinenses, têm todo o direito de zanzar pelas paredes, caçar mosquitos e completar sua dieta com outros insetos. A opinião não é de um biólogo ou presidente de ONG que defende animais, mas de um juiz.

Alexandre Morais da Rosa, da 1ª Turma de Recursos da Capital, analisou a disputa entre o dono de um ar-condicionado pifado por uma lagartixa intrusa e uma importadora.

Na decisão a favor do consumidor, ele escreveu que “toda lagartixa tem o direito de circular pelas paredes externas das casas à cata de mosquitos e outros pequenos insetos que constituem sua dieta alimentar”. Rosa negou o recurso da empresa e a condenou a pagar R\$ 664 ao morador de Florianópolis.

“Todo mundo sabe disso [direitos de circular das lagartixas] e certamente também os engenheiros que projetam esses motores, que sabidamente se instalam do lado de fora da residência, área que legitimamente pertence às lagartixas”, completou o juiz.

A decisão, de 7 de fevereiro, só se tornou pública agora.

O pedido de indenização à Komlog Importação Ltda. foi feito em 2011 pelo aeronauta aposentado Antenor Cirtoli, 64, após seu aparelho pifar com três meses de uso. Técnicos detectaram que o motor travou por causa da lagartixa.

“Eu falei com o fabricante, mas não me escutaram. Tentei o Procon e não houve acordo. Aí, entrei no tribunal de pequenas causas, porque era um direito meu”, diz Antenor.

O fabricante, que recorreu em primeira instância, pode recorrer de novo. A empresa afirmou, em nota, que busca “oferecer produtos da melhor qualidade” e que “não é possível inserir uma proteção” ao motor do ar-condicionado.

06 MAR 2013

06 MAR 2013

METRO

Mais uma médica é indiciada na investigação do Evangélico

Inquérito. Seis pessoas são investigadas sob suspeita de envolvimento nas mortes de pacientes da UTI Geral do hospital

A Polícia Civil indiciou ontem a médica Krissia Kamile Singer Walbach, que também é suspeita de envolvimento nas mortes da UTI Geral de Hospital Evangélico para liberar leitos. Ela se apresentou ao Nuclecrisa (Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde) na segunda-feira e foi liberada.

A médica aparece em algumas escutas telefônicas grampeadas pela polícia com autorização da Justiça. "Tivemos acesso à cópia do inquérito, mas não às escutas. Por isso, ela ainda não prestou depoimento", explicou o advogado dela, Jorge Timi.

De acordo com ele, Krissia foi plantonista da UTI entre abril de 2012 e janeiro de 2013, enquanto no inquérito são avaliados os atendimentos de dezembro de 2011 a março de 2012.

A prisão dela não foi solicitada, segundo a polícia, por-



"Existia uma quadrilha dentro do Hospital Evangélico que vitimizava as pessoas que lá estavam internadas."

MARCUS MICHELOTTO, DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ

que "só se justificaria se fosse ajudar no inquérito". Mas ele já foi finalizado no início desta semana e agora está nas mãos do MP-PR (Ministério Público do Paraná), que tem até a segunda-feira para decidir se oferece denúncia.

Investigação

De acordo com o delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinicius Michelotto, o inquérito traz provas contundentes

contra os réus. "Foram quivadas mais de cem pessoas que procuraram espontaneamente a delegacia do Nuclecrisa trazendo relatos hediondos. Muitas das provas que temos, se forem divulgadas, poderão trazer um apelo social muito grande e uma revolta da população para com o Hospital Evangélico, que não merece isso", afirmou.

Além da médica Virgínia Soares de Souza, que comandava a UTI Geral do hospital, estão presos três médicos anestesistas e uma enfermeira. Todos negam que tenham cometido qualquer crime.

"Eles já foram indiciados por homicídio qualificado e formação de quadrilha. A verdade está com a Polícia Civil e com o MP", disse Michelotto.

06 MAR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Mudanças no TJ

A PEC de autoria dos deputados Valdir Rossoni (PSDB) e Plauto Miró (DEM), e do ex-deputado Reni Pereira (PSB), modificando o sistema de eleição da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça, foi aprovada pelo Plenário da Assembleia Legislativa. A PEC, que pretende garantir uma eleição mais democrática no TJ, assegurando a todos os desembargadores a possibilidade de participar do processo de escolha dos dirigentes da Corte, passou em primeira discussão com 47 votos favoráveis.

06 MAR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Assembleia fará homenagem a Joaquim Barbosa

A Assembleia Legislativa aprovou na sessão plenária de ontem, em primeira discussão, o projeto de autoria do deputado Valdir Rossoni (PSDB), que concede ao ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o título de Cidadão Honorário do Paraná. Segundo Rossoni, o ministro “evoca e resgata em cada cidadão a confiabilidade e a credibilidade do Judiciário, tanto no meio jurídico como nas mais diversas classes profissionais e sociais do nosso país”.

De acordo com o deputado e presidente da Assembleia, Joaquim Barbosa é inteiramente merecedor da homenagem, como reconhecimento pela sua história de lutas e pelas conquistas que orgulham a todos os cidadãos do Paraná. “Nome que dignificou e dignifica ainda mais a Justiça do Brasil, nome que é sinônimo de combate à impunidade, nome que é sinônimo de coragem no enfrentamento das poderosas e perniciosas barreiras que se opuseram às suas convicções de justiça, de cumprimento da Constituição e das normas repressoras do crime, notoriamente os de colarinho branco”, justificou.

Joaquim Barbosa manda jornalista 'chafurdar no lixo'

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, chamou de “palhaço” e mandou “chafurdar no lixo” um repórter do jornal O Estado de São Paulo ontem (5) em Brasília. Barbosa irritou-se ao ser abordado na saída da sessão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os jornalistas esperavam ao final da sessão para ouvi-lo sobre as críticas que recebeu das associações de classe da magistratura em nota divulgada no final de semana. O repórter apenas iniciou a pergunta: “Prezante, como o senhor está vendo...”. Barbosa o interrompeu: “Não estou vendo nada. Me deixa em paz, rapaz. Vá chafurdar no lixo como você faz sempre”. O jornalista tentou questionar: “Que é isso ministro, o que houve?”. Ainda exaltado, Joaquim Barbosa prosseguiu: “Estou pedindo, me deixe em paz”, afirmou e em seguida gritou: “Palhaço!”.

JORNAL DO ÔNIBUS

Mais uma médica é indiciada por mortes na UTI

I Nova acusada aparece nas gravações, mas ficou em liberdade

Uma outra médica foi indiciada nesta terça-feira pelas mortes na UTI da Hospital Evangélica. Quatro médicos e uma enfermeira estão presos sob a acusação. A nova indiciada, Kríssia Camille Walbach, estava nos Estados Unidos, apresentou-se à Polícia e foi colocada em liberdade. Ela aparece nas gravações telefônicas, obtidas através de escutas, conversando com a ex-chefe da unidade, Virgínia Soarez de Souza.

Segundo o delegado-geral da Polícia Civil do Paraná, Marcos Vinícius Michelotto, além de aparecer nos áudios, a médica foi citada em diversos depoimentos de testemunhas. “A prisão temporária não foi pedida, porque esta é uma ferramenta para auxiliar na investigação, e o inquérito já estava praticamente concluído, não havendo risco de a médica atrapalhar a investigação”, explicou.

Michelotto não quis dar mais detalhes sobre o inquérito, afirmando que a polícia já concluiu seu papel e que a palavra, agora, está com o Ministério Público, que tem até a próxima segunda-feira para apresentar a denúncia, mas declarou que a prova contra os seis indiciados são contundentes.

06 MAR 2013

Lei seca ou embriagada?

Entrou em vigor no final do ano passado a novíssima lei seca, que traz alterações no Código de Trânsito Brasileiro. Novíssima porque houve uma tentativa fracassada em 2008, acompanhada na época de uma forte campanha nos Estados, com o aumento vertiginoso da fiscalização, das autuações e até de prisões.

Essa, porém, não tardou a se mostrar inviável, porque a configuração do crime dependia da quantidade de álcool no sangue, de modo que bastava recusar-se a fazer o teste do bafômetro para se ver livre da incriminação. Enfim, em poucos meses a tão festejada mudança legislativa se revelou um grande fiasco.

Veio, então, a Lei n.º 12.760/2012, por força da qual o artigo 306 do Código de Trânsito, que tipifica o crime, passou a ter a seguinte redação: “Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência”.

Algumas considerações sobre o novo crime de embriaguez ao volante merecem ser feitas.

Um ponto positivo da nova lei é que somente o motorista flagrado com a capacidade psicomotora alterada poderá ser enquadrado no mencionado crime, ao contrário do que ocorria com a malsinada lei de 2008, que presumia a alteração psíquica a partir de determinada quantidade de álcool no sangue, independentemente da efetiva embriaguez. A mudança é bem-vinda porque os efeitos do álcool e de outras substâncias psicoativas variam de uma pessoa para outra, só se podendo afirmar a diminuição da capacidade psicomotora de alguém mediante seu exame médico individualizado.

A pretexto de resolver um drama social, faz reviver anacronismos com viés autoritário

Entrementes, geraram polêmica na lei atual os meios de prova admitidos para se poder constatar a embriaguez. Além do teste de alcoolemia (por bafômetro ou exame de sangue), de notório fracasso na legislação anterior diante da oponível garantia de ninguém ser obrigado a produzir prova contra si mesmo, a lei agora prevê o exame clínico, a perícia, o vídeo, a prova testemunhal ou outros meios de prova em Direito admitidos.

Causa estranheza que provas sérias e dotadas de valor científico, como a perícia ou o laudo clínico do médico, tenham recebido o mesmo valor legal do depoimento de uma testemunha qualquer ou até mesmo de um vídeo amador. Sim, porque, excluídos os casos emblemáticos de embriaguez notória, que a televisão costuma flagrar, a maioria dos casos de alteração da capacidade psicomotora é de difícil asserção, de modo que se mostra bastante temerário deixá-la à mercê da prova testemunhal – cuja falibilidade vem sendo discutida há décadas nos meios acadêmicos –, a qual é aceita com ressalvas pelos tribunais pátrios, sobretudo quando desacompanhada de provas materiais do crime.

Da mesma forma, a possibilidade de que a embriaguez seja atestada por imagens captadas em vídeo cria um ambiente fértil para uma indústria de condenações arbitrárias, exatamente o inverso do que deveria prevenir a lei, pois as imagens em vídeo são obviamente muito pobres em informações se comparadas com as análises médicas realizadas no exato momento da abordagem. Ou seja, mesmo quando

não for possível o exame ao vivo e em cores, *face to face*, feito por um médico no momento da abordagem, diz a lei que poderá substituí-lo o exame virtual, melhor dizendo, cinematográfico, em duas dimensões, e não necessariamente submetido à análise médica, posto à mercê, portanto, da interpretação leiga dos agentes da Justiça. Havemos de convir que a lei se contentou com muito pouco!

Mais temerário ainda é permitir que o policial responsável pela abordagem possa figurar como “testemunha” da embriaguez. Herança de sombrios tempos de autoritarismo, o testemunho em juízo do policial responsável pela abordagem ainda é aceito praticamente sem reservas pela jurisprudência dos nossos tribunais como prova para condenar acusados de roubo, pequenos furtos, porte ilegal de arma e de drogas. Logo, ficará a gosto do freguês, cabendo a cada juiz individualmente decidir se ele será válido ou não como prova da embriaguez.

Acontece que infunde justificado desconforto no espírito do cidadão saber que a prova da embriaguez poderá ser decidida, em última análise, pelo policial responsável pela abordagem. Esse incômodo pode ter várias causas, como o histórico de arbítrio do poder no Brasil e as deficiências ainda existentes na nossa polícia. Mas pode ser atribuído também a um natural e, arriscamos dizer, universal receio do indivíduo, não importa o continente onde se encontre, de vir a sofrer abusos e arbitrariedades da parte das forças do Estado.

CONTINUA

06 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Não à toa, toda a razão de ser do Direito se resume a estabelecer limites ao exercício do poder, e talvez não haja situação mais propícia à ocorrência do desmando estatal do que a abordagem policial de rua. Em situações assim, em que o Estado detém um poder quase de vida ou morte sobre o indivíduo, a lei deve adotar procedimentos insuspeitos, pelos quais a legalidade da atuação possa ser aferida de forma objetiva, e não por mero ato de fé na palavra do policial.

Não há dúvida que a sociedade brasileira era credora de uma lei capaz de responder adequadamente ao número quase epidêmico de acidentes de trânsito causados pela combinação de álcool e automóvel. Mas é verdade também que toda iniciativa legislativa dessa natureza deve buscar o binômio liberdade-segurança, garantindo de forma equilibrada a prevenção de tragédias, sem ameaçar a segurança jurídica da população que sabe dosar liberdade com responsabilidade e não deve, por conseguinte, ser prejudicada pelos excessos alheios.

Pesa dizer, mas mais uma vez o legislador se deixou embriagar pela comoção provocada por alguns casos pontuais, atuando a reboque dos acontecimentos, aprovando do dia para a noite um texto legal que, sob o pretexto de resolver um relevante drama social, faz reviver velhos anacronismos, resquícios ainda de um Estado com forte viés autoritário.

●
ADVOGADO CRIMINALISTA,
É PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
DIREITO PENAL DO MOVIMENTO
DE DEFESA DA ADVOCACIA

06 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO TJ mantém corte da verba de moradia dos deputados paulistas

Desembargador rejeita recurso da Assembleia e diz que subsídios bastam para sobrevivência dos parlamentares

Fausto Macedo

O Tribunal de Justiça rejeitou ontem recurso da Assembleia Legislativa de São Paulo que pretendia devolver o auxílio-moradia aos 94 deputados estaduais paulistas – benefício cortado liminarmente, em janeiro, no âmbito de ação civil pública movida pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social, braço do Ministério Público que investiga improbidade.

A decisão foi tomada pelo desembargador Luiz Sérgio Fernandes de Souza, da 7.^a Câmara de Direito Público do TJ. Em despacho de 15 linhas, Souza manteve ordem do juiz Luís Manuel Fonseca Pires, da 13.^a Vara da Fazenda Pública, que cortou o privilégio concedido a todos os parlamentares, indistintamente, até para os que residem nas cercanias da Assembleia – a promotória calcula em R\$ 2,5 milhões o prejuízo anual ao Tesouro.

Pelo restabelecimento da verba especial, a Mesa da Assembleia entrou com recurso denominado agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo. “Embora possam impressionar os argumentos desenvolvidos na minuta de agravo, certo é que não se vislumbra, nem remotamente, eventual perigo de dano caso subsista a decisão agrava-

da (*do juiz da Fazenda*), porquanto os subsídios dos senhores deputados estaduais, independentemente do recebimento do ‘auxílio-moradia’, são suficientes para garantir a sobrevivência dos parlamentares até o julgamento da causa”, assinalou o desembargador.

Para ele, “tampouco se pode falar na existência de perigo de dano em relação à Mesa da Assembleia ou em relação à Assembleia Legislativa mesma.” O recurso ainda será examinado por outros integrantes da 7.^a Câmara.

A ação contra o auxílio-moradia desencadeou crise sem precedentes entre o Legislativo estadual e o Ministério Público. Os promotores Saad Mazloum e Silvio Antonio Marques constataram que os parlamentares recebem R\$ 2,25 mil todo mês, cada um – verba embutida no subsídio, sem amparo legal e sem apresentação de qualquer comprovante de despesa.

O capítulo mais tenso do embate culminou com uma proposta de emenda constitucional (PEC) de autoria do deputado Campos Machado, líder do PTB, que tira poderes dos promotores e os impede de investigar por improbidade administrativa prefeitos, secretários de Estado e deputados estaduais.

A emenda, que recebeu adesão de 33 deputados e seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia, prevê concentração dessas atribuições nas mãos do procurador-geral de Justiça, a quem caberá, com exclusividade, processar aquelas autoridades.

06 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO É difícil punir poderosos, diz integrante do CNJ

Num julgamento em que o Conselho Nacional de Justiça confirmou a punição a um juiz acusado de envolvimento com atividades políticas, o conselheiro Jefferson Kravchychyn disse que o órgão tem dificuldades para impor penas a poderosos. O CNJ manteve a pena de aposentadoria compulsória imposta ao juiz Luís Jorge Silva Moreno pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, que supostamente teria participado de atividades políticas na cidade de Zé Doca, no interior do Estado.

No Brasil, magistrados são proibidos de atuar politicamente. Mas em 2011 o CNJ arquivou um pedido de processo contra o desembargador Luiz Zveiter, então presidente do TJ do Rio, que teria feito propaganda irregular em favor de um irmão candidato a deputado federal. A maioria concluiu que uma punição com aposentadoria seria excessiva. "Há que comparar as pessoas reiteradamente. Quem tem poder alto tem dificuldade de ser punido nesse plenário", disse o conselheiro. /

06 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Barbosa manda repórter 'chafurdar no lixo'

Presidente do STF ainda chamou jornalista do 'Estado' de palhaço;

assessor pede desculpas e atribui 'resposta ríspida' a dores sofridas pelo ministro

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, chamou ontem um repórter do Estado de "palhaço" e o mandou "chafurdar no lixo". O ministro irritou-se ao ser abordado na saída da sessão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e agrediu verbalmente o jornalista antes mesmo que a pergunta fosse concluída.

Um grupo de repórteres esperava o final da sessão para ouvi-lo sobre críticas que recebeu das associações de classe da magistratura. Em nota divulgada no final de semana, as entidades rebateram as declarações do ministro à imprensa internacional segundo as quais os juízes têm mentalidade "mais conservadora, pró status quo, pró impunidade."

Felipe Recondo, repórter do Estado, tentou fazer uma pergunta: "Presidente, como o senhor está vendo...". Foi o máximo que conseguiu dizer antes que Barbosa o interrompesse. "Não estou vendo nada", disse o presidente do Supremo. O repórter tentou fazer outra pergunta, mas novamente foi impedido. "Me deixa em paz, rapaz. Vá chafurdar no lixo como você faz sempre", afirmou o ministro, que ganhou projeção nacional ao relatar o julgamento do mensalão.

O jornalista tentou questionar a razão de tal comportamento: "Que é isso, ministro, o que houve?". Ainda exaltado, Barbosa prosseguiu: "Estou pedindo, me deixe em paz. Já disse várias vezes ao senhor". O repórter respondeu dizendo que fazer perguntas era seu trabalho. "Eu não tenho nada a lhe dizer, não quero nem saber do que o senhor está tratando", afirmou o presidente do Supremo. Seu assessor de imprensa, Wellington Geraldo Silva, intercedeu e entrou na frente do ministro. Quando já estava na

porta do elevador, ainda na frente dos jornalistas, Barbosa chamou o repórter de "palhaço".

Mais tarde, o assessor divulgou nota com pedido de desculpas em nome do presidente do Supremo. No texto, alegou que Barbosa estava cansado e com dores nas costas - ele tem problemas crônicos na coluna - quando "respondeu de forma ríspida" ao repórter do Estado.

Ao longo do julgamento do mensalão, Barbosa atendia a imprensa de forma constante, mas criticava as perguntas dos repórteres. Em uma ocasião, questionado sobre o comportamento sereno que teve no comando de sua primeira sessão como presidente, Barbosa retrucou. "Logo você, meu brother!", afirmou o ministro, dirigindo-se a um repórter de TV que, como ele, é negro.

Em nota, o presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Nino Toldo, afirmou que "a atitude de Barbosa é incompatível com a prudência, o equilíbrio e a serenidade que se espera de um magistrado, sobretudo do presidente do Supremo, que está à frente de um poder da República". "A democracia pressupõe diálogo e respeito a opiniões contrárias e, por isso, a liberdade de imprensa é fundamental."

Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azêdo afirmou que a entidade recebe "com indignação" o comportamento de Barbosa. "Ele agiu de forma incompatível com a conduta que se espera de qualquer magistrado, e mais ainda do presidente do STF."

Carlos Lauria, coordenador para a América Latina do Comitê para a Proteção de Jornalistas, que terá uma reunião hoje em Brasília com Barbosa, preferiu não entrar em polêmica. "Não conheço todo o contexto do episódio. Mas me parece claro, sempre, que o diálogo entre as instituições e a imprensa deve ser marcado pelo respeito", afirmou. A Associação Nacional de Jornais (ANJ) não quis se manifestar oficialmente sobre o episódio.

ÍNTEGRA DA NOTA

● Em nome do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, peço desculpas aos profissionais de imprensa pelo episódio ocorrido hoje, quando após uma longa sessão do Conselho Nacional de Justiça, o presidente, tomado pelo cansaço e por fortes dores, respondeu de forma ríspida à abordagem feita por um repórter. Trata-se de episódio isolado que não condiz com o histórico de relacionamento do Ministro com a imprensa.

O ministro Joaquim reafirma sua crença no importante papel desempenhado pela imprensa em uma democracia. Seu apego à liberdade de opinião está expresso em seu permanente diálogo com profissionais dos mais diversos veículos. Seu respeito pelos profissionais de imprensa traduz-se em iniciativas como o diálogo que iniciará no próximo dia 07 de março, quando receberá em audiência o Sr. Carlos Lauria, representante do Comitê para Proteção de Jornalistas (CPJ), ONG com sede em Nova Iorque.

Wellington Geraldo Silva, secretário de Comunicação do STF."

JORNAL DO ESTADO

ASSEMBLEIA

Mudança em eleição do TJ passa em 1º turno

06 MAR 2013

A Assembleia Legislativa aprovou ontem, em primeiro turno, Proposta de Emenda à Constituição do Estado (PEC) que muda as regras para a eleição da direção do Tribunal de Justiça. Pela proposta, todos os 120 desembargadores do TJ poderão votar e concorrer aos cargos da cúpula do Judiciário paranaense. Atualmente, somente os 25 desembargadores do chamado Órgão Especial podem disputar a eleição.

A PEC foi proposta pela Mesa Executiva da Assembleia, após pedido de 95 desembargadores. Ela foi aprovada por 47 votos favoráveis. Na avaliação do presidente do Legislativo, Valdir Rossoni (PSDB), todos os desembargadores devem ter as mesmas condições de participar da eleição. Rossoni lembrou que o Paraná hoje é o único estado do país onde ainda há restrições para a participação na eleição do órgão diretivo do Tribunal.

Para isso, a PEC altera a redação do inciso I do artigo 99 da Constituição do Estado do Paraná. Conforme o parecer da Comissão Especial, formada para analisar a PEC, o inciso passará a ter a seguinte redação: "eleger seus órgãos diretivos na forma da lei complementar que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura".

Negativa de atendimento

DEVERÁ SER

POR ESCRITO

Norma da ANS prevê ainda que resposta seja enviada em no máximo 48 horas

Operadoras de planos de saúde vão ter que justificar por escrito qualquer tipo de negativa de atendimento caso o serviço seja solicitado pelo beneficiário. A resposta, em linguagem clara, deverá ser enviada por correspondência ou por meio eletrônico em até 48 horas. A norma foi anunciada ontem pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em parceria com o Ministério da Saúde.

De acordo com a Resolução Normativa 319, para obter o documento, o beneficiário deverá fazer a solicitação das informações por telefone, por exemplo, e anotar o número do protocolo. A resposta repassada pela operadora deve incluir a cláusula contratual ou o dispositivo legal que justifique a negativa do atendimento, segundo informações da Agência Brasil.

O diretor-presidente da ANS, André Longo, lembrou que o órgão tem acompanhado as demandas relacionadas a negativas de atendimento desde 2011. No ano passado, 76% das reclamações recebidas pela agência envolviam a

cobertura de planos de saúde. “É uma iniciativa bastante importante para empoderar o cidadão a exercer seus direitos”, disse.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, avaliou como importante uma medida regulatória que garanta aos usuários de planos de saúde o direito à informação em tempo hábil. Ele alertou que a regra não vale para situações de urgência e emergência, quando o atendimento oferecido pelas operadoras deve ser imediato e, portanto, não cabe negativa.

A pasta informou ainda que as justificativas de atendimento por escrito poderão ser anexadas a eventuais processos com que os usuários ingressem na Justiça. A norma entra em vigor 60 dias após a publicação no Diário Oficial da União, prevista para hoje. A multa para os planos que descumprirem a nova regra é R\$ 30 mil. Já a multa prevista por negativa de cobertura indevida varia de R\$ 80 mil a R\$ 100 mil.

Atualmente, cerca de 62 milhões de pessoas têm cobertura de planos médicos e/ou odontológicos no país.

CONTINUA

Prazo para reclamar prescreve em 10 anos

O consumidor tem prazo de dez anos para pedir ressarcimento de cobertura negada por plano de saúde. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). No caso julgado que levou à essa decisão, informa o tribunal, o autor realizou despesas com cirurgia cardíaca para implantação de stent (tipo de mola flexível que mantém as paredes da artéria abertas, desobstruindo a passagem do sangue), porque a Golden Cross se negou a autorizar o procedimento. A empresa, na contestação, afirmou que os implantes estariam excluídos de cobertura contratual. Ainda cabe recurso.

O STJ explica que, em primeiro grau, o segurado não teve sucesso no questionamento. Decidiu, então, apelar da decisão, mas o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) manteve o entendimento de que a hipótese era regida por uma regra do Código Civil que aponta prescrição em três anos a pretensão de reparação civil. Depois desse insucesso, o segurado recorreu ao STJ. Na avaliação do relator, ministro Sidnei Beneti, a relação analisada é de natureza contratual, conforme sustentou a própria Golden Cross. Mas Beneti foi além e esclareceu que o motivo da ação “não decorre de contrato de seguro, mas da prestação de serviço de saúde, que deve receber tratamento próprio”.

Os ministros do STJ tam-

PARECER



Não havendo previsão específica quanto ao prazo prescricional, incide o prazo geral de dez anos, previsto no artigo 205 do Código Civil, o qual começa a fluir a partir da data de sua vigência (11 de janeiro de 2003)



do voto do relator do processo, ministro Sidnei Beneti

bém afastaram a tese adotada pelo TJ-RS de que o prazo seria de três anos. “Não havendo previsão específica quanto ao prazo prescricional, incide o prazo geral de dez anos, previsto no artigo 205 do Código Civil, o qual começa a fluir a partir da data de sua vigência (11 de janeiro de 2003)”, cita o voto de Beneti.

O julgamento do caso ocorreu em 19 de fevereiro. O acórdão foi publicado no Diário da Justiça no dia 26 de fevereiro e no dia 28 foi impetrado novo recurso, chamado embargo de declaração. O caso voltará, agora, para o mesmo relator e mesma turma.

Mais uma médica é indiciada

PELA POLÍCIA CIVIL

Defesa alega que ela não faria parte dos quadros da instituição no período

MAIS UMA de investigações

MÉDICA É ENVOLVIDA NO CASO DO EVANGÉLICO

O número de indiciados pela morte de pacientes na UTI geral do Hospital Universitário Evangélico chegou a seis, com a adição de mais uma médica entre os indiciados pela Polícia Civil do Paraná. A mais nova indiciada é Krissia Wallbach, que se apresentou ontem à polícia. Segundo o seu advogado, ela se apresentou mas não falou nada, já que até o momento a defesa não teve acesso ao inquérito.

Mais uma médica foi indiciada no inquérito do Núcleo de Repressão a Crimes Contra a Saúde (Nucrisa) no caso das investigações em uma das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico. Ontem a médica Krissia Wallbach, se apresentou no Nucrisa. Segundo o inquérito, ela apareceria em algumas das gravações feitas pela polícia. Ela não teve a prisão preventiva decretada, ao contrário de outros cinco profissionais do

Evangélico, já que o inquérito já está no Ministério Público.

Segundo a sua defesa, ela permaneceu em silêncio, pois até ontem não tinha acesso aos autos da investigação. O advogado Jorge Timi, que defende Krissia, disse à imprensa que assim que tiver o inquérito e tê-lo estudado, sua cliente deve se reapresentar ao Nucrisa. Mas já adiantou que Krissia não faria parte do quadro do Hospital Evangélico durante o período investigado pela polícia.

Inquérito — A promotora Fernanda Nagl Garcez, do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Saúde Pública (Caop) em Curitiba, começou ontem a análise do inquérito entregue pela delegada Paula Brisola, do Nucrisa. O inquérito tem 32 horas de gravações de interceptações telefônicas e cerca de cem depoimentos.

Por meio da assessoria, o Ministério Público informou que iria falar sobre o caso somente na próxima segunda-feira, quando acaba o prazo para o MP oferecer denúncia, pedir novas diligências ou arquivar o caso. Ontem, o delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinícius Michelotto e o governador Beto Richa defenderam as investigações do Nucrisa.

Segundo Michelotto, as gravações dos áudios mostram uma situação capaz de provocar "comoção social". "Existia uma quadrilha no hospital que vitimava os pacientes", disse o delegado. Para Michelotto, o silêncio da polícia foi por precaução. Já o governador reforçou que confia na Polícia Civil do Paraná.

Defesa — O advogado de defesa da médica Virgínia Soares de Souza, presa desde o dia 19 sob suspeita de homicídio em uma das UTIs do Evangélico, Elias Mattar Assad, deve entregar hoje um documento ao MP onde, segundo ele, estão descritos diversos problemas ocorridos durante o inquérito.

As investigações começaram no ano passado por meio de denúncias anônimas feitas entre os dias 6 e 8 de março de 2012. Foram feitas cinco ligações de telefones públicos para a Ouvidoria do Estado, que em seguida as repassou para o Ministério Público do Paraná. Depois começou o trabalho do Núcleo de Repressão ao Crime Contra a Saúde.

06 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

Lixo

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, chamou de “palhaço” e mandou “chafurdar no lixo” o repórter do jornal O Estado de S. Paulo. O ministro irritou-se ao ser abordado ontem, na saída da sessão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os jornalistas esperavam ao final da sessão para ouvi-lo sobre as críticas que recebeu das associações de classe da magistratura em nota divulgada no final de semana. Antes que a primeira pergunta fosse feita, Barbosa atacou. O repórter apenas iniciou a pergunta: “Presidente, como o senhor está vendo...”. Barbosa o interrompeu e não deixou que terminasse a pergunta: “Não estou vendo nada”. O repórter tentou fazer nova pergunta, mas novamente foi impedido. “Me deixa em paz, rapaz. Vá chafurdar no lixo como você faz sempre”. O STF emitiu uma nota oficial na qual pede desculpas, em nome do presidente do STF.

06 MAR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Barbosa ofende repórter

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, chamou de “palhaço” e mandou “chafurdar no lixo” o repórter do jornal O Estado de S. Paulo. O ministro irritou-se ao ser abordado ontem, na saída da sessão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os jornalistas esperavam ao final da sessão para ouvi-lo sobre as críticas que recebeu das associações de classe da magistratura em nota divulgada no fim de semana. Antes que a primeira pergunta fosse feita, Barbosa atacou.

O repórter apenas iniciou a pergunta: “Presidente, como o senhor está vendo”. Barbosa o interrompeu e não deixou que terminasse a pergunta: “Não estou vendo nada”. O repórter tentou fazer nova pergunta, mas novamente foi impedido. “Me deixa em paz, rapaz. Vá chafurdar no lixo como você faz sempre.”

O jornalista tentou questionar a razão do comportamento do ministro. “Que é isso ministro, o que houve?” Ainda exaltado, Joaquim Barbosa prosseguiu. “Estou pedindo, me deixe em paz. Já disse várias vezes ao senhor”, disse.

Desculpas

O STF emitiu nota oficial na qual pede desculpas, em nome do presidente do STF, Joaquim Barbosa, aos profissionais de imprensa pelo episódio. A nota diz ainda que “após longa sessão do Conselho Nacional de Justiça, o presidente, tomado pelo cansaço e fortes dores, respondeu de forma rispida à abordagem do repórter.

06 MAR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Mais uma médica do Evangélico é indiciada

A polícia indiciou mais uma médica no inquérito que apura os homicídios dentro da UTI geral do Hospital Evangélico. Krissia Kamile Singer Walback estava de férias nos Estados Unidos e se apresentou à polícia na segunda-feira. Ela aparece nos áudios gravados por investigadores da Polícia Civil e foi convocada a depor pelo Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde (Nucrisa), mas não ficou presa.

A polícia alegou que como o inquérito foi concluído e protocolado na Vara de Inquéritos Penais do Ministério Público do Paraná, a liberdade de Krissia não poderia oferecer risco às investigações.

De acordo com a defesa da médica, ela não trabalhava no hospital quando ocorreram as mortes investigadas pelo inquérito policial. O advogado Jorge Timi, que representa a médica, também informou que ela ainda não prestou nenhuma informação



à polícia e que só irá se pronunciar depois de ter acesso a uma cópia do inquérito.

Além de Krissia, foram indiciados a médica Virginia Helena Soares de Souza (foto), que chefiava a UTI, Maria Israela Cortez Bocato, Edison Anselmo da Silva Junior e Anderson de Freitas, além da enfermeira Lais da Rosa Groff. Os cinco estão presos e aguardam o julgamento do pedido de habeas corpus, feito pelas defesas ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR).

“Todos os seis foram indiciados por homicídio qualificado, na lei de crimes hediondos, e formação de quadrilha. Realmente existia uma quadrilha dentro do Hospital Evangélico que vitimava as pessoas que estavam lá internadas”, declarou o delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinicius Michelotto. Com o inquérito em mãos, o MP-PR tem o prazo de até a próxima segunda-feira para decidir se oferece denúncia à Justiça.